

A MIGRAÇÃO DE ALUNOS DO CAMPO PARA AS ESCOLAS URBANAS

Graciele Vieira Bulcão; Dariany Michiles da Silva; Alcenildes Pires Teixeira

Universidade Federal do Amazonas: graciele_brandao@outlook.com

RESUMO:

O presente artigo denominado “a migração de alunos do campo para as escolas urbanas”, foi realizado com o objetivo de verificar quais os motivos que levam alguns comunitários com filhos em idade regular ao ensino ofertado na escola localizada na comunidade do Aninga, a matricularem os seus filhos nas escolas localizadas na área urbana na cidade de Parintins/AM. Para tal, foi realizada a pesquisa de caráter qualitativo e como método de abordagem dialética, teve como sujeitos da pesquisa cinco (05) pais e um (1) professor que atuou em 2013 na turma multisseriada de 1º, 2º e 3ºano, e como instrumento de coleta de dados utilizamos a observação direta e entrevista semi-aberta. Após coleta e interpretação dos dados, concluímos que isso é decorrente de um processo histórico pensado ideologicamente pela classe dominante aos menos favorecidos sobre o ensino ofertado nas escolas do campo. Essa visão errônea que os pais entrevistados possuem com relação à qualidade do ensino ofertado na escola do campo, infelizmente só distanciam os comunitários das raízes locais.

Palavras-chave: Educação do Campo; Comunidade; Escola; Família.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a migração dos alunos do campo para as escolas da área urbana, particularmente, da Comunidade Santa Terezinha do Aninga, localizada na área rural do município de Parintins/AM, ligada a este município via estrada. Vale ressaltar que a criação da escola da comunidade no ano de 1968 se deu com o objetivo de atender a necessidade de inúmeras crianças que precisavam ser alfabetizadas, e assim continuarem seus estudos.

Nesse sentido, busca-se evidenciar a realidade da escola, e oferecer informações sobre algumas particularidades acerca do processo que vem ocorrendo nos últimos anos com relação à migração de alguns alunos com idade regular ao ensino ofertado na referida escola para as instituições localizadas na área urbana. Ao mesmo tempo verificar quais os motivos que levam alguns comunitários a matricularem os seus filhos nas escolas localizadas na área urbana na cidade de Parintins/AM.

Diante da problemática observada, fomos impulsionadas a desenvolver este trabalho que nos inquietou no período em que estivemos prestando serviço no educandário e que ainda nos inquieta. Portanto, acreditamos que o mesmo irá contribuir na reflexão dos docentes da escola, pais, responsáveis e comunitários moradores do local onde se realizou a pesquisa, acerca da relevância em valorizar a escola para o prolongamento das identidades culturais do local e o seu próprio funcionamento. Afirmamos ainda que os mesmos ao serem provocados a refletirem, poderão

intervir nessa realidade no que se refere à migração dos alunos do campo para as escolas da área urbana. Situação essa, que vem gerando ao longo dos anos, um enfraquecimento das raízes do local, perdendo com isso, a identidade dos sujeitos, da comunidade e da escola.

A busca de uma educação significativa ao povo do campo

Os estudos teóricos referentes à educação do campo e suas problemáticas, assim como a necessária valorização das escolas localizadas em comunidades do campo, vão de encontro aos anseios de uma educação feita, pensada e realizada em um modelo, que contemple as identidades dos povos pertencentes a essas comunidades. Uma educação empenhada em superar as dificuldades encontradas no dia a dia das comunidades do campo em sua diversidade: rural-ribeirinha, quilombola, indígena e extrativista.

Para isso, essa reflexão contextualizará a vida e a educação destes povos, destacando brevemente, a organização e o fortalecimento destes na luta pela garantia de uma educação voltada as especificidades dos povos inseridos nesse contexto. Posteriormente, refletirá a problemática situação da escola do campo, referente à migração de alunos dessa localidade para as escolas urbanas.

Historicamente, verificamos que os povos do campo têm seus próprios processos de socialização e educação. A vida dos sujeitos inseridos nessa realidade apresenta formas de trabalho e de atividade de ensino-aprendizagem, que se concretizam em espaços e em momentos formais e informais, com concepções próprias sobre o que deve ser aprendido. Essas concepções inspiram os movimentos sociais e tornam sua cultura dinâmica. Partindo-se desta compreensão, Arroyo ressalta que “a questão é mais fundamental, é ir às raízes culturais do campo e trabalhá-las, incorporá-las como uma herança coletiva que mobiliza inspira lutas pela terra, pelos direitos, por um projeto democrático e que também pede educação” (2008,p. 80-81).

As comunidades localizadas no meio rural possuem saberes a ser comunicado e transmitido para todos seus membros. Arroyo acrescenta ainda que “quando situamos a educação como um processo de transformação humana, de emancipação humana, percebemos quanto os valores do campo fazem parte da história da emancipação humana” (2008, p. 80). Para tanto, é necessário que todos esses valores sejam compreendidos e trabalhados na perspectiva escolar e cultural, assim poderão contribuir com a formação de uma política e prática educacional voltada aos anseios, interesses e necessidades diárias da realidade da vida no meio rural.

Nessa perspectiva, para que a escola possa desenvolver com êxito o trabalho a que se propõe é necessário que toda a comunidade assuma esse trabalho, juntamente a instituição, pois este se

concretizará em diversas ações que envolverão a todos. Fernandes, Cerioli e Caldart acrescentam ainda que “a escola precisa ser vista como um espaço da comunidade e não como um ente externo, onde o povo entra constrangido e nem imagina que pode interferir no que ali acontece e no seu próprio destino” (2008, p.55).

Dessa forma, reconhecemos a escola como uma instituição social com a possibilidade de intervenção na realidade. Realidade em que os sujeitos inseridos nela, poderão e devem intervir. Mas para isso, estes devem perceber-se como parte de todo o processo histórico e educativo que firmou sua raiz no passado para assim, fortalecer o futuro. É neste momento que os sujeitos da comunidade e escola, de forma coletiva trabalham no fortalecimento das raízes local.

Constata-se, assim, que o espaço escolar é uma instituição que tem sua concepção e, nem sempre, está atrelada às necessidades dos sujeitos que ela atende, pois os interesses presentes nesse espaço muitas vezes não vão ao encontro dos interesses da comunidade. Desse modo, as escolas do campo precisam atender as especificidades dessas comunidades. Sendo necessário ainda, que sejam compreendidas e trabalhadas no contexto escolar. Fernandes, Cerioli, Caldart acrescentam ainda que:

Uma escola do campo precisa de um currículo que contemple necessariamente a relação com o trabalho na terra. Trata-se de desenvolver o amor a terra e ao processo de cultivá-la, como parte da identidade do campo, independente das opções de formação profissional, que podem ter ou não, como ênfase, o trabalho agrícola (2008, p.57).

Quando educandos pertencentes às comunidades rurais migram para escolas localizadas na área urbana, mesmo que para estudar, deixam de assumir-se como sujeitos do campo. Pois, é no âmbito de sua realidade que eles se identificam e se reconhecem considerando o convívio que mantêm com seus colegas, familiares e outros sujeitos moradores da comunidade.

Outros sujeitos participantes ativos dessa realidade estão relacionados à própria população residente nas comunidades localizadas no meio rural. Estas famílias, ao migrar com seus filhos da escola situada no campo para as escolas urbanas, podem desvalorizar sua comunidade, sua cultura e principalmente negar a sua própria identidade.

Em suma, a educação dos sujeitos do campo deve partir de sua realidade, na troca de experiências e no contato com os demais membros da comunidade. A escola por sua vez, deve proporcionar aos educandos do campo uma educação que cultive os valores do local, bem como os anseios e necessidades de quem ali vive. Mas para tal, é necessário ir à contra mão do que a ela é imposta. Esse é o grande desafio dos educadores do campo, que na medida do possível tentam através de uma prática diferenciada amenizar a lacuna existente na educação do campo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo é de caráter qualitativo, e como método de abordagem dialética, pois permitiu uma maior aproximação com o objeto de estudo e também interpretação dinâmica e totalizante da realidade (Gil, 2008). Seu objeto de investigação foi verificar quais as razões que levaram alguns comunitários a matricularem os seus respectivos filhos nas escolas localizadas na área urbana da cidade de Parintins/AM e não na escola da comunidade.

O método de procedimento utilizado foi o estudo de caso, pois consiste no estudo profundo e abrangente do objeto de estudo escolhido, de maneira que admita o amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2008).

O período de coleta de dados foi de fevereiro de 2013 a dezembro de 2014. Os sujeitos da pesquisa, correspondem a um contexto de 05 (cinco) pais de alunos e 01 (um) professor que trabalhou com o 1º (primeiro) ano do ensino fundamental em 2013 na escola localizada na comunidade do Aninga, ligada a cidade de Parintins/Am sob jurisdição da Secretaria Municipal de Educação, Juventude, Esporte e Lazer (SEMED) deste município.

Foram utilizados como instrumento de pesquisa os seguintes: a) observação direta, “usada como principal método de investigação [...]. possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens” Ludke e André (1986, p. 26) e; b) entrevista com perguntas abertas e fechadas, pois permite maior interação entre o pesquisador e o entrevistado, além de uma recíproca influência entre ambos Ludke e André (1986).

Resultados e Discussão

Conhecendo o grau de escolaridade dos pais sujeitos da pesquisa.

Para desvelar os motivos que provocaram a migração de algumas crianças e adolescentes com idade regular ao ensino ofertado em uma escola do campo para as instituições de ensino localizadas no município de Parintins, foi necessário conhecermos o grau de escolaridade dos pais sujeitos da pesquisa.

Diante dos dados coletados notamos que 20% dos pais possuem ensino fundamental completo, 20% ensino médio incompleto, 40% ensino médio completo e 20% ensino superior completo. Observamos que todos os pais em questão são alfabetizados. Isso é um ponto positivo, no entanto, infelizmente não possuem o conhecimento necessário em relação à importância da escola localizada na comunidade para o fortalecimento das raízes do local. Neste sentido, evidenciamos

certa resistência por parte dos pais em valorizar a escola do campo e supervalorizar a escola localizada na cidade.

Diante disso, Arroyo et al (2008, p.39) reforça dizendo que,

existe a concepção de que a escola urbana é melhor do que a rural. Isto coloca mais uma vez o determinismo geográfico como fator regulador da qualidade da educação, sendo um critério equivocada da política de investimentos. É mais uma falsa idéia.

Esse posicionamento do autor é evidenciado na opção escolar de alguns comunitários com relação à educação ofertada nas escolas do campo e da cidade. Isso é fruto de um modelo da elite ideologicamente pensado para se manter no poder, controlando a qualquer custo o mercado, para isso ignora e viola os valores, identidade da população do campo e principalmente influenciam nos seus destinos e na do mundo (ARROYO et al, 2008).

De acordo com Arroyo (2008), os camponeses estão vivenciando uma crise de identidade e de demais valores essenciais a sua existência e de suas futuras gerações na terra. Vale destacar, que esses sem perceber estão sendo induzidos a pensar, a escolher e a decidir coisas que só enfraquecem sua cultura e que prolonga a permanência da classe burguesa, dominante e excludente.

Outro fator relevante para esta pesquisa, diz respeito ao número de filhos que os pais sujeitos da pesquisa possuem com idade regular, ao ensino ofertado em uma escola do campo. Diante de tal, notamos que além desses dados, ainda existe um número expressivo de crianças e adolescentes na faixa etária correspondente ao ensino disponibilizado na escola em questão. Segundo os dados disponibilizados pelos agentes de saúde da comunidade, são no total de 14 alunos entre crianças e adolescentes, que estão incluídos nesta faixa que poderiam estar matriculados na escola da comunidade lócus da pesquisa. Na figura abaixo podemos constatar essa afirmativa.

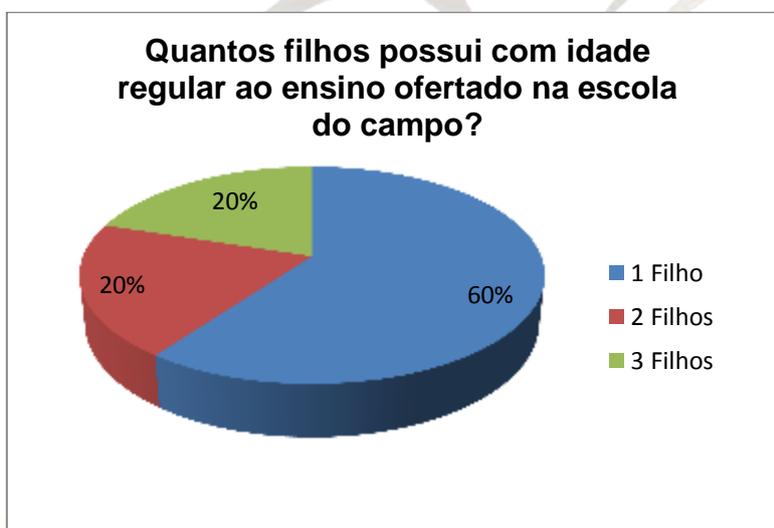


Figura 2: Número de filhos que possuem idade regular ao ensino ofertado na escola do campo.

Fonte: Bulcão, Michiles, Teixeira, 2014.

Desse modo, nota-se um número expressivo de crianças comunitárias que infelizmente não estudam na escola da comunidade reduzindo assim o número de alunos matriculados na referida instituição de ensino. Essa problemática deve ser discutida e refletida entre os comunitários e a escola na tentativa de minimizar o mais breve possível tal situação para que seja fortalecida a cultura e os valores do local, bem como seja prolongada a permanência da instituição para que possam auxiliar na formação, no desenvolvimento dos comunitários e da comunidade.

De acordo com o ECA, 1990, art. 4:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Nessa perspectiva, o referido documento reforça a afirmação de que é dever de todos da sociedade assegurar os direitos das crianças e adolescentes. Vale destacar que as coisas não se transformam sozinhas e sim conjuntamente, sem o devido apoio ou participação, fica inviável que o educando obtenha sucesso na sua carreira profissional e pessoal.

Cabe destacar, que esses estudantes ao serem matriculados em escolas localizadas na área urbana e ao conviverem com uma gama de diferenças e particularidades existente na cidade terão sua identidade comprometida, uma vez que distante do convívio dos comunitários deixarão de adquirir os hábitos, valores que definem sua identidade e cultura.

Entraves que dificultam o ingresso dos alunos na escola do campo

Outro aspecto significativo neste trabalho está relacionado às razões que influenciam na migração dos alunos para as escolas na área urbana, vejamos na figura abaixo.

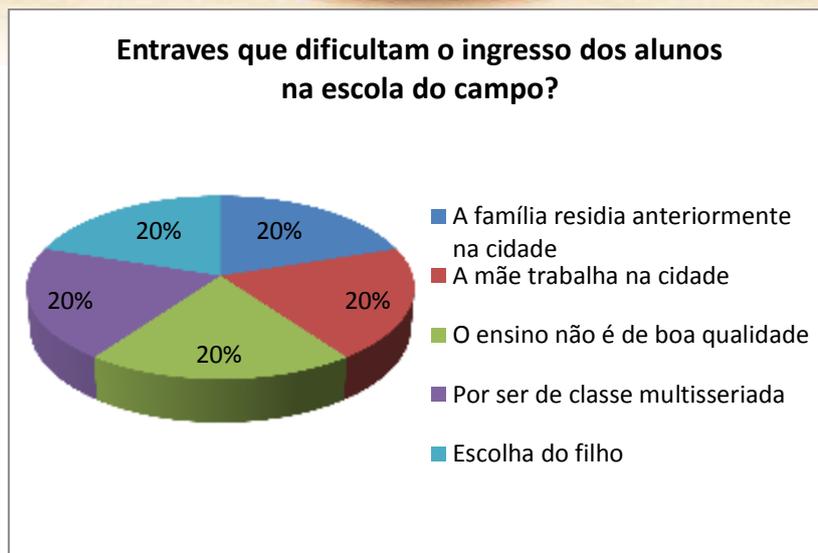


Figura 3: Entraves que dificultam o ingresso dos alunos na escola do campo.
Fonte: Bulcão, Michiles, Teixeira, 2014.

Dentre os entraves, destaca-se a proximidade da antiga residência da família com a escola localizada na área urbana. O pai entrevistado relatou que mesmo com a mudança da família para a área rural, preferiu que os filhos continuassem os estudos na mesma escola, e foi além ao afirmar que tem valido apenas, pois o ensino é de boa qualidade na referida escola, os professores são qualificados e, portanto, desenvolvem um ótimo papel na educação. Na contra mão disso, Caldart ressalta que,

a educação do campo também se identifica pela valorização da tarefa específica das educadoras e dos educadores. Sabemos que em muitos lugares elas e eles têm sido sujeitos importantes da resistência no campo, especialmente nas escolas (2008, pp.157-158).

De acordo com a autora, a educação do campo se firma na valorização dos educadores e educadoras nesse contexto educacional. Pois estes no contexto histórico da educação do campo vêm exercendo um papel de suma importância, na resistência de uma educação que contemple os anseios dos sujeitos do campo, e isso vai além das práticas de sala de aula.

Observamos o posicionamento do entrevistado, no que se refere ao trabalho desenvolvido pelos educadores da escola do campo não se sustenta, haja em vista que a maioria possui formação em nível superior com vasta experiência na área. Vejamos na figura abaixo.

Tabela 1: Escolarização dos docentes da escola do ano de 2014.

Docente	Formação	Turmas Multisseriadas	Experiência na educação do campo
Dariany Michiles	Pedagogia	Ed. Infantil	3 anos

Graciele Vieira	Pedagogia	1º e 3º ano	3 anos
Leunice Machado	Biologia	2º ano	10 anos
M ^a de Fátima Marchão	Normal Superior	4º e 5º ano	20 anos

Fonte: Secretaria da escola, 2014.

Outro entrevistado cita que a escolha da escola do filho, se deu por conta da proximidade do educandário com o trabalho da mãe, que fica localizada na área urbana. O mesmo relatou que essa proximidade facilita que a mãe busque o pequeno, uma vez que a mesma trabalha em horário integral. Já o pai por ser pescador sem horário fixo para exercer sua profissão, não tem como acompanhar direto o filho na escola, daí os motivos da escolha pela escola urbana e não da comunidade.

Segundo a LDB (Lei 9.394/96) em seu artigo 2º estabelece que a educação e o pleno desenvolvimento do educando é de responsabilidade da família e do Estado. Só que na prática isso não vem ocorrendo por um dos membros (pai) que integra o núcleo familiar. Pois os pais em sua maioria atribuem essa responsabilidade de educar apenas às mães e às instituições de ensino, isolando-se assim, do processo educativo de seus filhos. Atualmente percebemos que alguns pais reproduzem o que ao longo do tempo ele acredita que seja o seu papel no núcleo familiar. Na visão de muitos pais sustentar a família financeiramente é a sua principal função.

Nesta vertente, outro entrevistado deixa transparecer que o ensino ofertado na escola da comunidade não é de boa qualidade. Relatou que alguns anos atrás foi necessário migrar com os seus filhos para as escolas da cidade, na tentativa de reverter a situação gritante na qual os filhos se encontravam, no que diz respeito à alfabetização dos mesmos.

Uma das escolhas que mais nos chamou atenção foi uma atribuída à própria vontade da criança, esta do sexo masculino e com sete (07) anos de idade. O responsável ao ser indagado sobre os possíveis motivos que fez com que a criança escolhesse a escola da cidade ao invés de continuar os estudos na escola da comunidade nos respondeu que a criança cansara de ser chamada a atenção pelo seu professor pelos mesmos problemas do tipo, falta de atenção, agressividade e brigas que o mesmo protagonizava.

Em contato com o professor do referido aluno em questão, comprovamos o ocorrido. O mesmo também destacou que no início procurou conversar com o educando, só depois procurou ajuda da coordenação pedagógica, da direção e por último a família do mesmo. Os familiares por sua vez, não deram tanta importância para o fato, pois pensavam que era marcação do professor, uma vez que as queixas eram constantes por parte da escola.

Diante dos dados levantados, notamos que os pais não deram para a escola a importância que merecia. Os mesmos acreditaram na versão da criança, não procuraram juntas, escola e família, encontrar meios viáveis para ajudar o pequeno a superar as dificuldades tanto de aprendizagem como de convívio e respeito com o próximo.

Para Sabini, o pensamento da criança de sete a doze anos de idade vai se tornando objetivo e descentralizado a tal ponto que a mesma consegue operar com as informações do ambiente. “Os dados do meio externo são simbolizados na mente, transformados, organizados e empregados na solução de problemas” (2004, p. 74). Diante disso, notamos que a criança para fugir da situação em que ela se encontrava, buscou convencer os pais a retirá-lo da referida escola. Os pais ao retirar a criança do educandário, não contribuíram para que o educando superasse o problema pelo qual estava passando.

Outro ponto a ser destacado, está relacionado à classe multisseriada. O pai sujeito da pesquisa mencionou que unir as turmas é um dos grandes problemas da escola do campo, pois prejudica no desenvolvimento dos educandos, uma vez que os conteúdos são fragmentados e o tempo é curto para os professores darem à devida atenção aos alunos nas suas respectivas turmas, e assim avançarem com sucesso para a próxima etapa escolar.

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de Abril de 2008, que estabelece Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo definiu a Educação do Campo como uma modalidade de ensino para os sujeitos do campo, ainda regula a nucleação e a multisseriação, priorizando o atendimento escolar no próprio lugar, onde reside o educando, e a adequação curricular à própria realidade destes.

Vale enfatizar, que o surgimento das turmas multisseriadas se deu por conta do número reduzido de alunos existentes nas escolas do campo e por conta disso, as turmas são unidas em uma única classe. No entanto, o que observamos é que os comunitários tem a chance de valorizar a escola da comunidade, só que infelizmente não dão a devida importância que tem no desenvolvimento e no fortalecimento das raízes do local. Vejamos na figura abaixo a organização da escola em sua modalidade de ensino.

Tabela 2: Distribuição dos alunos de acordo com a turma ano 2013.

Turmas Multisseriadas	Nº de alunos	Turno
Ed. Infantil (Maternal, I e II Período)	18	Vespertino
1º, 2º e 3º ano	12	Matutino

4° e 5° ano	12	Vespertino
-------------	----	------------

Fonte: Secretaria da escola, 2014.

Tabela 3: Distribuição dos alunos de acordo com a turma ano 2014.

Turmas Multisseriadas	Nº de alunos	Turno
Ed. Infantil (Maternal, I e II Período)	12	Matutino
1° e 3° ano	09	Vespertino
2° ano	08	Vespertino
4° e 5° ano	10	Matutino

Fonte: Secretaria da escola, 2014.

Ao analisarmos as figuras, notamos uma redução de alunos matriculados na escola do campo nos últimos dois (2) anos, 2013 e 2014. Ao mesmo tempo, observamos que essa situação deveria ter outros rumos, se a escola ao perceber que isso vem ocorrendo, buscasse juntamente aos pais e aos comunitários uma estratégia para tentar amenizar a migração de alguns educandos para as escolas da cidade, evitando assim, que futuramente venha fechar as portas por falta de um número significativo de estudantes para o seu funcionamento na comunidade.

Os educandos ao serem retirados da realidade de uma escola da área rural, tendem a perder a sua identidade, tendo em vista que os mesmos não estarão no convívio com os demais sujeitos de sua comunidade. Tendo como consequência a perda na troca de brincadeiras, conversas, amizades, atividades relacionadas à realidade dos povos do campo, que os levariam a um aprendizado maior a cerca do seu contexto cultural.

Outro motivo está atrelado ao fator político, pois a comunidade apresenta dois grupos políticos, um formado pela situação e, outro pela oposição a atual administração municipal. Os grupos da oposição que faziam parte do quadro de funcionários da escola, por não terem seus contratos renovados e que possuíam algum estudante na escola, trataram de tirá-los e os matricularem nas escolas localizadas na cidade distante de suas residências, alguns desses estudantes nem se quer chegaram a frequentar a escola localizada na comunidade. Todo ano as mudanças ocorrem no quadro de funcionários da escola e quando não agrada os pais, tratam logo de tirar os seus filhos.

Essa situação é algo visível pelos que ali vivem ou convivem, haja em vista que existem crianças com idade regular ao ensino ofertado na escola em questão que moram em frente ou ao lado da escola, mas que se encontram matriculados nas escolas da cidade.

A escola por sua vez, para minimizar a problemática em questão elaborou o projeto macro denominado, “Escola, convivência familiar e comunitária” que abordou subtemas voltado ao resgate histórico, identidade do local, importância da escola para a comunidade, bem como estreitar os laços entre comunidade e escola. Só que isso não foi o suficiente para atingir os objetivos desejados, pois a escola para resgatar a confiança dos comunitários, deve tomar atitudes que vão além dos proporcionados no projeto, ou seja, o quadro funcional da escola deve vivenciar e trabalhar para que os objetivos sejam alcançados de fato, e reconhecer suas falhas quando necessário para avançar nas conquistas desejadas para a melhoria da educação do local.

Diante disso, convém que os comunitários se unam e tornem-se uma comunidade de fato, para que venham desfrutar da qualidade no ensino, valorização da cultura local, da convivência e no crescimento pessoal e profissional de seus membros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante a análise da problemática vivenciada pela escola que está localizada na comunidade em que realizamos o estudo, concluímos que a migração dos educandos com idade regular ao ensino ofertado nesta, é fruto de uma concepção errônea que o capitalismo impõe a sociedade em geral, e principalmente aos pais sujeitos desta pesquisa, que acreditam que a qualidade do ensino ofertado na escola da cidade é melhor que o da escola do campo.

Outro fator está relacionado à proximidade da escola da cidade com o trabalho da mãe e com a antiga residência de uma das famílias da comunidade sujeito desta pesquisa. Estas são situações usadas pelos entrevistados que demonstram claramente suas intenções com relação à educação que pretendem para os seus filhos.

A pesquisa também revelou que a organização da classe multisseriada é um dos motivos que desagradam os pais. Alguns desses entrevistados deixaram transparecer que seus filhos quando ali estudaram tiveram dificuldades cognitivas decorrentes a essa modalidade de ensino;

Outra situação diz respeito ao fator político, grupos existentes na comunidade que na busca pelo poder desligam os seus filhos ou parentes da escola da comunidade, diminuindo o número de educandos matriculados na referida escola, interrompendo com o prolongamento da escola na comunidade.

Por outro lado, observamos que a ausência de uma política pública comprometida com a educação do campo, é um dos fatores que enfraquece a identidade, cultura e valores do povo do local, uma vez que a falta das condições mínimas de trabalho e a presença de professores leigos na área, faz com estes impõem sua cultura, ignorando assim a cultura do povo local.

Em suma, os motivos que contribuem na migração dos alunos do campo para as escolas urbanas, não se limitam apenas as questões tratadas pelos pais sujeitos desta pesquisa, ou seja, vai muito além, porque diz respeito a fatores de nível global, que cabe a escola, ao estado e a família se unirem e juntos encontrarem uma solução para amenizar esse processo de migração que vem ocorrendo nos últimos anos na escola do campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, et al. **Por uma educação do campo**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.934/96**, Brasília, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART. Primeira Conferencia Nacional “Por uma educação do campo”. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (organizadores). 3. Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUDKE, Menga. et al. **Pesquisa em Educação: abordagem qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de julho de 1990.

SABINI, Maria Aparecida Cória. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo. 2ª ed. 2004.

